

# Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de  
2022**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>7</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>17</b>

## Relatório da Administração

### Quem somos

Iniciamos nossa jornada em 1979 com um propósito muito claro: prover saúde e bem-estar para cada um de nossos clientes, oferecendo excelência em hortifruti e produtos frescos. Nossas raízes são de Minas Gerais, e temos orgulho em dizer que a simplicidade e o respeito são pilares essenciais da nossa Companhia. Em 1984, demos um passo importante na nossa história e expandimos nossa operação para a cidade de Campinas, no interior do estado de São Paulo. Em 1992, abrimos a primeira loja em Brasília no Distrito Federal e, em 1995 chegamos à cidade de São Paulo.

Desde a entrada da Crescera Capital como sócia no final de 2017, o Oba Hortifruti (“Companhia” e/ou “Oba”), razão social Grupo Fatura de Hortifrut S.A., passa por um processo de crescimento acelerado, focando na profissionalização e governança da Companhia. Em 2018, apenas um ano depois do início desta parceria, rompemos a barreira de R\$ 1 bilhão de receita líquida, e sabemos que podemos ir muito mais longe.

Posicionamos nos como uma rede varejista especializada em alimentos perecíveis frescos, onde nosso sucesso e crescimento estão apoiados em 3 pilares estratégicos: Experiência de Compra Única, Excelência Operacional e Preocupação com o Produto. Nossa cultura e nosso “jeito Oba de Ser” são fundamentais para executarmos com maestria essa estratégia e nos diferenciarmos no mercado.

Em um mundo cada vez mais digital onde os clientes são heterogêneos e imprevisíveis, sabemos que nosso sucesso e crescimento somente serão possíveis com um posicionamento muito claro e com um serviço que proporcione encantamento do cliente em toda e qualquer interação, onde, quando e como ele quiser.

No competitivo mundo do varejo e dos negócios, tão importante quanto saber quem você é, é saber quem você não é. Nós não somos supermercado. Somos Oba Hortifruti.

### Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

O ano 2022 ficou marcado para o Oba hortifruti pela retomada de bons resultados, apesar de todo desafio macroeconômico. Seguimos firme com o nosso projeto de forte crescimento nas vendas, impulsionado pela expansão e maturação do seu quadro de lojas e aceleração da participação dos canais digitais.

Em 31 de dezembro de 2022 operamos com 72 lojas, 2 centros de distribuição e 1 frigorífico próprio.

A tabela a seguir apresenta uma seleção de informações financeiras e operacionais derivadas das nossas informações contábeis intermediárias, consolidadas, para os períodos indicados:

	12M22	12M21	Var (%)
<b>Receita Bruta</b>	2.539	2.197	15,6%
<b>Receita Líquida</b>	2.331	2.017	15,6%
<b>Lucro bruto</b>	947,2	800,2	18,4%
<b>Margem Bruta</b>	40,63%	39,68%	0,95 p.p.
<b>EBITDA <sup>(1)</sup></b>	246,8	188,2	31,2%
<b>Margem EBITDA <sup>(2)</sup></b>	10,59%	9,33%	1,26 p.p.
<b>EBITDA Ajustado <sup>(3)</sup></b>	247,5	210,3	17,7%
<b>Margem EBITDA Ajustado <sup>(4)</sup></b>	10,62%	10,43%	0,19 p.p.
<b>Lucro Líquido</b>	34,5	20,6	67,1%
<b>Margem Líquida</b>	1,48%	1,02%	0,46 p.p.
<b>Dívida Líquida <sup>(5)</sup></b>	387,3	366,4	5,7%
<b>Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado</b>	1,6x	1,7x	(17,7) p.p.
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>2.331</b>	<b>2.017</b>	<b>15,6%</b>
Receita Líquida Canal Físico <sup>(6)</sup>	2.207	1.896	16,4%
Receita Líquida Canais Digitais <sup>(7)</sup>	124	121	2,6%
<b>Share da Venda Digital</b>	5,3%	6,0%	(0,7) p.p.
<b>Vendas Mesmas Lojas (Bruta)</b>	2.152	2.056	4,7%
<b>Vendas Mesmas Lojas (Líquida)</b>	1.977	1.883	5,0%
<b>Números de Lojas</b>	<b>72</b>	<b>72</b>	<b>0,0%</b>
São Paulo Capital	30	31	-3,2%
São Paulo Interior	17	15	13,3%
Campinas	12	13	-7,7%
Distrito Federal	11	11	0,0%
Goiânia	2	2	0,0%

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da Companhia em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

(2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.

(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA adicionado a linha de Outras receitas (despesas) operacionais líquida. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

(4) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida.

(5) A dívida líquida consiste no endividamento bancário bruto adicionado do Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras.

(6) Venda originadas por clientes dentro das lojas físicas.

(7) Vendas originadas por clientes por aplicativos e telefone. Inclui as modalidades de Delivery, onde o cliente recebe a mercadoria em casa, ou 'Click-and-Collect', onde o cliente origina a compra pelos canais digitais e retira a mercadoria na loja.

### **Receita líquida**

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022 foi de R\$ 2.331 milhões comparativamente a R\$ 2.016 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 315 milhões ou 15,6%. Alguns fatores são preponderantes nesse resultado: (i) alavancagem no número de clientes e ticket médio, tanto em lojas maduras quanto em lojas em maturação, incluindo impacto do lançamento da campanha "selos de desconto"; (ii) estratégia de mix de produtos e maior intensidade promocional nas principais categorias; (iii) maturação e ganho de escala das ações de CRM; (iv) maior participação do modelo "Farm" no parque de lojas, que possui capacidade de oferecer uma experiência mais completa aos nossos consumidores; e (v) expansão das iniciativas digitais com parcerias na operação Marketplace Out, pelo início da operação com os parceiros Cornershop e Shopee.

### **Lucro bruto**

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 947 milhões, comparativamente a R\$ 800 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 147 milhões ou 18,4%. Além de toda contribuição do maior volume de vendas, fruto das ações listadas acima, que incrementaram frequência de compra e volume da cesta dos clientes, alguns fatores merecem destaque: (i) melhoria na gestão de perdas de mercadorias nas principais categorias (menores índices da história da Companhia); (ii) gestão de mix, precificação e ofertas, que minimizaram os efeitos da pressão inflacionária sobre as margens; (iii) maior intensidade comercial, com parcerias com os fornecedores nas ações promocionais e recomposição de margens; e (iv) avanços significativos na gestão de portfólio, com evolução no mix desenvolvido nas centrais de produção da Companhia (frigorífico e frios), incrementando geração de caixa.

### **Despesas com vendas e distribuição**

Despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 alcançaram R\$ 707 milhões comparativamente aos R\$ 614 milhões no mesmo período de 2021, representando um aumento de R\$ 93 milhões ou 15,2%. Este aumento é atribuído substancialmente: (i) ao crescimento proporcional das vendas e a maturação das nossas novas lojas, cuja margem de contribuição é menor; (ii) potencializado pela forte inflação do período, especialmente nas despesas de ocupação, energia elétrica e pessoal; e (iii) maiores investimentos em Marketing para alavancagem das ações comerciais da Companhia. Despesas com vendas e distribuição representaram 30,3% e 30,4% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

### **Despesas gerais e administrativas**

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 alcançaram R\$ 115 milhões, comparativamente aos R\$ 85 milhões com o mesmo período de 2021, representando um aumento de R\$ 29 milhões ou 34,4%.

Este aumento de 0,7 pontos percentuais (de 4,9% para 4,2% da receita líquida em 2022) é atribuído substancialmente a (i) despesas com serviços prestados por terceiros, como consultorias e TI e (ii) fortalecimento do nosso time de pessoal.

### Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de (R\$ 0,7) milhões comparativamente a (R\$ 22,1 milhões) com o mesmo período de 2021, o que representou uma redução de R\$ 21,4 milhões ou -96,9% de despesas líquidas. Esta redução decorre principalmente à redução das despesas pré-operacionais, pela baixa do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso de dois contratos de aluguéis, oriundo ao encerramento das lojas no exercício. Outras receitas (despesas) líquidas representaram 0,0% e -1,1% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA foi de R\$ 247 milhões comparativamente a R\$ 188 milhões do mesmo período de 2021, o que representou um aumento de 31,1%. As Margens EBITDA atingiram 10,6% e 9,3%, respectivamente em 2022 e 2021. Ajustando efeitos não recorrentes do resultado, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 248 milhões comparativamente a R\$ 210 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de 17,7%, com Margens EBITDA Ajustado de 10,6% e 10,4%, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

### Lucro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Lucro Líquido foi de R\$ 34 milhões comparativamente a R\$ 21 milhões do mesmo período de 2021, o que representou um aumento de 67,1%, muito impactado pelo forte resultado operacional apresentado e pela redução significativa nas Outras Receitas e despesas da Companhia no período comparativo.

(Em milhões de reais)	12M22	12M21
Resultado líquido do exercício	34,5	20,6
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(3,3)	8,6
(+) Resultado financeiro, líquido	94,0	50,2
(+) Depreciação e amortização	35,9	30,2
(+) Depreciação do ativo de direito de uso (nota 16.a)	85,9	78,5
<b>EBITDA</b>	<b>246,8</b>	<b>188,2</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>10,6%</b>	<b>9,3%</b>
(+) Despesa pré operacional <sup>1</sup>	9,2	12,4
(+) Despesas de Reestruturação <sup>2</sup>	1,1	2,9
(-) Outras (receitas) despesas	(8,9)	7,1
(-) (Receita) despesa na alienação de bens permanentes	(0,7)	(0,2)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>247,5</b>	<b>210,3</b>
Receita líquida	2.331	2.017
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>10,6%</b>	<b>10,4%</b>

(1) Refere-se a despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tais como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras.

(2) Refere-se a gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal que abrange todas as áreas operacionais e administrativas.

### Auditores independentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia") foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor que consistem em: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; b) não exercer funções gerenciais; e c) não advogar pela Companhia ou prestar qualquer serviço que possa ser considerado proibidos pelas normas vigentes.

### A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí  
Edifício Dahruj Tower  
13024-001 - Campinas/SP - Brasil  
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores do**  
**Grupo Fartura de Hortifrut S.A.**  
*Campinas – SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Designação e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros de *hedge accounting*

Veja as Notas 7.j e 28 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para reduzir a variabilidade dos fluxos de caixa futuros referente ao pagamento de juros e principal de empréstimos, em moeda estrangeira. Alguns desses instrumentos financeiros são designados como objeto de “hedge” atrelados a um risco específico determinado e documentado, com a finalidade de reconhecer no mesmo momento o resultado dos impactos do instrumento derivativo e do objeto de hedge, o que é conhecido como “<i>hedge accounting</i>”.</p> <p>A designação dos instrumentos financeiros para a contabilidade de <i>hedge</i> e o cálculo de sua efetividade requerem o cumprimento de certas obrigações formais, que envolvem julgamento da Administração na sua avaliação. Já a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é estimada com base em premissas que incluem: a taxa do dólar e a alíquota de CDI.</p> <p>Devido à complexidade e o julgamento envolvido na determinação de uma relação de <i>hedge</i> e no cálculo de sua efetividade, bem como o montante envolvido na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros relacionados, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Entendimento do desenho dos controles implementados pela Companhia para a avaliação da manutenção da efetividade do hedge de fluxo de caixa;</li><li>- Envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros que nos auxiliaram:</li></ul> <p>(i) na avaliação da documentação apresentada pela Companhia, a fim de verificar a efetividade do hedge de fluxo de caixa e a valorização dos instrumentos derivativos relacionados a operação de <i>hedge accounting</i>, e;</p> <p>(ii) testes documentais para avaliar a precisão das premissas utilizadas para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros relacionados a operação de <i>hedge accounting</i>;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Envio de carta de circularização bancária para validar a integridade da base de dados utilizada no cálculo da mensuração do valor justo dos derivativos designados ao <i>hedge Accounting</i> pela Companhia;</li><li>- Avaliação as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a designação e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros de <i>hedge accounting</i>, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis,

conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027612/F



Juliana de Lira Bilachi  
Contadora CRC 1SP254945/O-7

Grupo Fatura de Hortifrut S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
Caixa e equivalentes de caixa	9	51.673	276.546	52.083	276.640	Fornecedores	17	143.447	138.717	143.447	138.738
Aplicações financeiras	10	6.164	5.672	6.164	5.672	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	85.793	226.723	85.793	226.723
Instrumentos financeiros derivativos	28.d	2.570	-	2.570	-	Instrumentos financeiros derivativos	28.d	25.562	3.821	25.562	3.821
Contas a receber de clientes	11	164.126	129.616	164.126	129.693	Passivo de arrendamento	16.b	82.613	70.419	82.613	70.419
Estoques	12	168.406	158.839	168.406	158.839	Obrigações sociais e trabalhistas	19	63.849	49.879	64.874	49.996
Tributos a recuperar	13	44.909	20.936	44.916	20.936	Obrigações tributárias	20	12.438	11.768	12.499	11.792
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		9.703	7.484	9.703	7.484	Imposto de renda e contribuição social	26	-	3.739	-	3.739
Outros créditos		3.016	2.541	3.130	2.541	Parcelamentos tributários		3.945	3.815	3.945	3.815
<b>Circulante</b>		<b>450.567</b>	<b>601.634</b>	<b>451.098</b>	<b>601.805</b>	Contas a pagar		13.939	11.920	13.941	11.928
Outros créditos		7.220	8.965	7.220	8.965	Dividendos a pagar	22.f	-	1.501	-	1.501
Aplicações financeiras	10	10.795	10.230	10.795	10.230	Outros passivos		1.463	687	1.469	689
Depósitos judiciais		13.911	7.950	13.911	7.950	<b>Circulante</b>		<b>433.049</b>	<b>522.989</b>	<b>434.143</b>	<b>523.161</b>
Contas a receber com partes relacionadas	14	-	1.036	-	-	Provisão para passivo a descoberto em controlada		499	1.035	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	54.332	50.245	54.334	50.247	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	370.595	432.238	370.595	432.238
Tributos a recuperar	13	21.289	18.318	21.289	18.318	Passivo de arrendamento	16.b	392.270	311.806	392.270	311.806
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>107.547</b>	<b>96.744</b>	<b>107.549</b>	<b>95.710</b>	Parcelamentos tributários		2.958	5.173	2.958	5.173
Ativo de direito de uso	16.a	430.683	347.080	430.683	347.080	Provisão para processos judiciais	21	5.986	4.561	5.986	4.561
Imobilizado	15	462.595	452.193	462.657	452.193	<b>Não circulante</b>		<b>772.308</b>	<b>754.813</b>	<b>771.809</b>	<b>753.778</b>
Intangível		11.248	8.443	11.248	8.443	<b>Total do passivo</b>		<b>1.205.357</b>	<b>1.277.802</b>	<b>1.205.952</b>	<b>1.276.939</b>
<b>Não circulante</b>		<b>1.012.073</b>	<b>904.460</b>	<b>1.012.137</b>	<b>903.426</b>	Capital social	22.a	91.438	91.438	91.438	91.438
						Reservas de capital	22.b	20.000	20.000	20.000	20.000
						Reserva de benefício fiscal ágio	22.d	41.726	46.635	41.726	46.635
						Reserva de benefício fiscal subvenção	22.e	43.557	14.694	43.557	14.694
						Outros resultados abrangentes	22.g	(5.461)	-	(5.461)	-
						Reservas de lucros	22.c	66.023	55.525	66.023	55.525
						<b>Patrimônio líquido</b>		<b>257.283</b>	<b>228.292</b>	<b>257.283</b>	<b>228.292</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.462.640</b>	<b>1.506.094</b>	<b>1.463.235</b>	<b>1.505.231</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.462.640</b>	<b>1.506.094</b>	<b>1.463.235</b>	<b>1.505.231</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Grupo Fartura de Hortifrut S.A.**

**Demonstrações do resultado**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de vendas	23	2.331.191	2.016.017	2.331.187	2.016.525
Custos das vendas	24	(1.383.971)	(1.216.189)	(1.383.971)	(1.216.342)
<b>Lucro bruto</b>		<b>947.220</b>	<b>799.828</b>	<b>947.216</b>	<b>800.183</b>
Despesas com vendas e distribuição	24	(706.824)	(612.430)	(706.840)	(613.588)
Despesas gerais e administrativas	24	(109.875)	(84.430)	(114.821)	(85.456)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	24	260	378	260	378
Outras receitas (despesas), líquidas	24	(772)	(21.941)	(686)	(22.116)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial</b>		<b>130.009</b>	<b>81.405</b>	<b>125.129</b>	<b>79.401</b>
Receitas financeiras	25	89.807	7.342	89.837	7.342
Despesas financeiras	25	(183.835)	(57.536)	(183.839)	(57.545)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(94.028)</b>	<b>(50.194)</b>	<b>(94.002)</b>	<b>(50.203)</b>
Equivalência patrimonial		(4.854)	(2.409)	-	-
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>31.127</b>	<b>28.802</b>	<b>31.127</b>	<b>29.198</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	2.051	(3.739)	2.051	(3.751)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	1.274	(4.440)	1.274	(4.824)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.452</b>	<b>20.623</b>	<b>34.452</b>	<b>20.623</b>
Lucro atribuível à acionistas controladores		34.452	20.623	34.452	20.623
Lucro atribuível à acionistas não controladores		-	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.452</b>	<b>20.623</b>	<b>34.452</b>	<b>20.623</b>
<b>Lucro básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$</b>	27	<b>12,39</b>	<b>7,42</b>	<b>12,39</b>	<b>7,42</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Grupo Fartura de Hortifrut S.A.**

**Demonstrações do resultado abrangente**  
**Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício		34.452	20.623	34.452	20.623
<b>Outros resultados abrangentes a serem classificados para o resultado em períodos subsequentes</b>					
Hedge de fluxo de caixa	22.g e 28.d	(8.274)	-	(8.274)	-
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	26.c	2.813	-	2.813	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b><u>28.991</u></b>	<b><u>20.623</u></b>	<b><u>28.991</u></b>	<b><u>20.623</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social		Reserva de benefício fiscal do ágio	Reserva de benefício fiscal - subvenção	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de capital			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>91.438</b>	<b>20.000</b>	<b>49.089</b>	-	<b>3.710</b>	<b>51.398</b>	-	-	<b>215.635</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	20.623	<b>20.623</b>
<b>Destinação do lucro:</b>									
Constituição da reserva legal	22.c e 22.f	-	-	-	1.031	-	-	(1.031)	-
Distribuição de dividendos	22.f	-	-	-	-	(3.068)	-	(4.898)	<b>(7.966)</b>
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	22.d	-	(2.454)	-	-	-	-	2.454	-
Realização da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	22.e	-	-	14.694	-	-	-	(14.694)	-
Reserva de retenção de lucros	22.c	-	-	-	-	2.454	-	(2.454)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>91.438</b>	<b>20.000</b>	<b>46.635</b>	<b>14.694</b>	<b>4.741</b>	<b>50.784</b>	-	-	<b>228.292</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	34.452	<b>34.452</b>
<b>Destinação do lucro:</b>									
Constituição da reserva legal	22.c e 22.f	-	-	-	1.723	-	-	(1.723)	-
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	22.d	-	(4.909)	-	-	-	-	4.909	-
Realização da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	22.e	-	-	28.863	-	-	-	(28.863)	-
Hedge de Fluxo de Caixa	27.d	-	-	-	-	-	(8.274)	-	<b>(8.274)</b>
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	26.c	-	-	-	-	-	2.813	-	<b>2.813</b>
Reserva de retenção de lucros	22.c	-	-	-	-	8.775	-	(8.775)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>91.438</b>	<b>20.000</b>	<b>41.726</b>	<b>43.557</b>	<b>6.464</b>	<b>59.559</b>	<b>(5.461)</b>	-	<b>257.283</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Grupo Fartura de Hortifrut S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>31.127</b>	<b>28.802</b>	<b>31.127</b>	<b>29.198</b>
<b>Ajustes</b>					
Depreciação e amortização	24	35.858	30.244	35.860	30.244
Depreciação do arrendamento mercantil	16.a/ 24	85.850	78.542	85.850	78.542
Juros apropriados do passivo de arrendamento	16.b/ 25	38.547	26.171	38.547	26.171
Resultado de equivalência patrimonial		4.854	2.409	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	15	1.628	2.418	1.630	2.457
Baixa - transferência controlada		64	-	-	-
Baixa de arrendamento	16	(12.331)	(849)	(12.331)	(849)
Provisão para processos judiciais	21	12.726	17.332	12.726	17.332
Constituição (reversão) de perdas estimadas de estoques	12	(490)	1.359	(490)	1.359
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	11 e 24	(260)	(378)	(260)	(378)
Juros provisionados, variação cambial, amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos e rendimentos financeiros		42.763	19.503	42.763	19.503
Instrumentos financeiros derivativos	28.d	32.038	5.571	32.038	5.571
Provisão para bônus	19	15.582	5.440	16.132	5.440
Provisão para reestruturação		-	(714)	-	(714)
		<b>287.956</b>	<b>215.850</b>	<b>283.592</b>	<b>213.876</b>
<b>Variações dos ativos e passivos</b>					
Contas a receber de clientes		(34.250)	(4.780)	(34.173)	(5.504)
Estoques		(9.077)	(25.731)	(9.077)	(26.116)
Tributos a recuperar		(26.944)	(14.629)	(26.951)	(14.623)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(168)	-	(168)	-
Depósitos judiciais		(16.002)	(16.496)	(16.002)	(16.496)
Outros créditos		1.270	545	1.156	547
Contas a receber de partes relacionadas		1.036	(1.036)	-	-
Fornecedores		21.034	2.950	21.013	2.899
Contas a pagar		2.019	(781)	2.013	(781)
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.612)	(6.849)	(1.254)	(6.853)
Obrigações tributárias		(1.415)	(2.795)	(1.378)	(2.782)
Imposto de renda e contribuição social		-	(1.117)	-	(1.140)
Pagamentos de processos judiciais	21	(1.260)	(1.973)	(1.260)	(1.973)
Outros passivos		776	(41)	780	(39)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>223.363</b>	<b>143.117</b>	<b>218.291</b>	<b>141.015</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.739)	(13.244)	(3.739)	(13.221)
Juros pagos no empréstimos, financiamentos e debêntures, e passivo de arrendamento	16.b, 18	(90.827)	(41.477)	(90.827)	(41.477)
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>		<b>128.797</b>	<b>88.396</b>	<b>123.725</b>	<b>86.317</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(62.665)	(168.612)	(62.667)	(168.612)
Aporte de capital em investida		(5.390)	(2.125)	-	-
Aporte de aplicação financeira		-	(9.500)	-	(9.500)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(68.055)</b>	<b>(180.237)</b>	<b>(62.667)</b>	<b>(178.112)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Dividendos pagos no exercício	22.f	(1.501)	(16.898)	(1.501)	(16.898)
Pagamento de arrendamento mercantil	16.b	(64.464)	(64.312)	(64.464)	(64.312)
Pagamento do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures	18	(198.309)	(44.022)	(198.309)	(44.022)
Captação de empréstimos	18	-	354.831	-	354.831
Custo de transação de empréstimos		(200)	(5.089)	(200)	(5.089)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	28.d	(21.141)	(918)	(21.141)	(918)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(285.615)</b>	<b>223.592</b>	<b>(285.615)</b>	<b>223.592</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(224.873)</b>	<b>131.751</b>	<b>(224.557)</b>	<b>131.797</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		276.546	144.795	276.640	144.843
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		51.673	276.546	52.083	276.640
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(224.873)</b>	<b>131.751</b>	<b>(224.557)</b>	<b>131.797</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas</b>				
Receita de serviços	1.029	1.029	1.029	1.029
Receitas de vendas	2.396.878	2.077.047	2.396.875	2.077.664
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	262	378	262	378
	<b>2.398.169</b>	<b>2.078.454</b>	<b>2.398.166</b>	<b>2.079.071</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(1.330.166)	(1.168.813)	(1.330.237)	(1.168.967)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(314.123)	(263.793)	(314.486)	(264.458)
Perda e recuperação de valores ativos	13.010	1.117	13.010	1.078
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>766.890</b>	<b>646.965</b>	<b>766.453</b>	<b>646.724</b>
Depreciação e amortização	(121.708)	(108.786)	(121.710)	(108.786)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>645.182</b>	<b>538.179</b>	<b>644.743</b>	<b>537.938</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	92.914	7.684	92.944	7.684
Resultado de equivalência patrimonial	(4.854)	(2.410)	-	-
Outros	(1.860)	(6.929)	(1.773)	(7.001)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>731.382</b>	<b>536.524</b>	<b>735.914</b>	<b>538.621</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>	<b>351.241</b>	<b>316.891</b>	<b>355.127</b>	<b>318.081</b>
Remuneração direta	307.168	278.821	310.691	279.857
Benefícios	22.301	18.140	22.448	18.164
FGTS	21.772	19.930	21.988	20.060
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>132.651</b>	<b>134.401</b>	<b>133.294</b>	<b>135.169</b>
Federais	102.084	103.731	102.727	104.491
Estaduais	20.206	21.003	20.206	21.003
Municipais	10.361	9.667	10.361	9.675
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>213.038</b>	<b>64.609</b>	<b>213.041</b>	<b>64.748</b>
Juros	181.903	55.473	181.907	55.481
Aluguéis	25.464	3.866	25.463	3.976
Outras	5.671	5.270	5.671	5.291
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>34.452</b>	<b>20.623</b>	<b>34.452</b>	<b>20.623</b>
Constituição da reserva legal	1.723	1.031	1.723	1.031
Distribuição de dividendos	-	4.898	-	4.898
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	(4.909)	(2.454)	(4.909)	(2.454)
Realização da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	28.863	14.694	28.863	14.694
Reserva de retenção de lucros	8.775	2.454	8.775	2.454
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>731.382</b>	<b>536.524</b>	<b>735.914</b>	<b>538.621</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

O Grupo Fartura de Hortifrut S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, constituída e com início de suas atividades operacionais no ano de 2002, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como “Grupo”). O Grupo tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios e opera através de unidades comerciais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás e no Distrito Federal, bem como por canais digitais.

Em 16 de Agosto de 2021, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu o registro de companhia aberta categoria “A” a Companhia. Tal registro autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

### **2 Relação de entidades controladas**

Segue abaixo lista de controladas da Companhia:

<b>Controladas</b>	<b>Participação 2022 (%)</b>	<b>Participação 2021 (%)</b>
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	-	99,00
Fresh Labs Ltda	100,00	100,00

#### **Oba Gourmet**

A controlada Oba Gourmet Restaurante Ltda. (“Oba Gourmet”), foi constituída em 2018, e iniciou as atividades em 01 de maio de 2019. A controlada tem sede na cidade de Limeira – São Paulo, tendo como atividade principal “restaurante”.

Em 15 de dezembro de 2022 ocorreu a baixa de inscrição do CNPJ da controlada, ocorrendo consequentemente a baixa do investimento na controladora para o resultado.

#### **Fresh Labs Ltda**

A controlada Fresh Labs Ltda (“Fresh Labs”), foi constituída em 03 de novembro de 2021, sem início das atividades até a data de publicação deste balanço. A controlada tem sede na cidade de Campinas – São Paulo, tendo como atividade principal “intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários”.

### **3 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2023. Após a sua emissão, os acionistas devem aprovar quaisquer mudanças subsequentes nas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 16** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

##### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 26** – recuperabilidade do ativo fiscal diferido; e

##### **c. Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de

avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 28** - instrumentos financeiros.

## **6 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

## **7 Principais políticas contábeis**

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a. Base de consolidação**

#### ***Controlada***

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de

controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### ***Perda de controle***

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

#### ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **b. Moeda estrangeira**

#### ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### **c. Reconhecimento de receita de contrato com cliente**

#### ***Receita de vendas de mercadorias***

As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento efetivo da venda, que é substancialmente o momento que a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues.

As vendas direto ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de contratos de clientes, o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor imaterial e, portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras.

**d. Benefícios a empregados**

***Participação nos lucros***

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

A participação no resultado tem como base o atingimento de meta de receita e resultado alcançados.

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**e. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (“VJR”);
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

**f. Imposto de renda e contribuição social**

***Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o

lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

#### ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados, que refletem as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**g. Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) custo da mercadoria; e (iii) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

**h. Imobilizado**

***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

***Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

***Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de

balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **i. Ativos intangíveis**

### ***Reconhecimento e Mensuração***

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### ***Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### ***Amortização***

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Fundo de comércio	Tempo do contrato de aluguel
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **j. Instrumentos financeiros**

### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

#### ***Ativos financeiros***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Avaliação do modelo de negócio*

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### *Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o Método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### **(iv) Passivos financeiros**

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **(v) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(vi) Redução ao valor recuperável (Impairment)**

*Ativos financeiros não-derivativos*

### **Instrumentos financeiros**

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo está inserido no segmento de hortifrutigranjeiros e os recebimentos pelas vendas de produtos são valores em espécie ou através de administradoras de cartões de débitos e créditos.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

### **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

### **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, o Grupo avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A provisão para perdas é apresentada em linha separada na demonstração de resultado do Grupo (Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber).

#### **Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

#### **(vii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de Hedge Accounting**

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para reduzir a variabilidade dos fluxos de caixa futuros referentes aos pagamentos de juros e principal de empréstimos, em moeda estrangeira. Esse objetivo é consistente as estratégias de gestão de risco do Grupo, que busca a convergência de seu custo de captação para o Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

### ***Hedges de fluxo de caixa***

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

### **k. Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

#### ***Como arrendatário***

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade

do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

#### ***Arrendamentos de ativos de baixo valor***

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

## **l. Mensuração do Valor Justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação quemaximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **m. Provisões para processos judiciais**

Uma provisão de contingências é reconhecida quando, por resultado de eventos passados, há uma obrigação presente provável de uma saída de recurso. No caso de passivo contingente, isto é uma obrigação possível que resulte de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle do Grupo, apenas a divulgação em suas demonstrações financeiras é efetuada.

## **n. Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado.

## **8 Normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

### **A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

O Grupo está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

### **B. Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Caixa	2.063	2.106	2.063	2.107
Bancos conta movimento	10.030	7.526	10.440	7.620
Numerários em trânsito	170	306	170	305
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	39.410	266.608	39.410	266.608
	<b>51.673</b>	<b>276.546</b>	<b>52.083</b>	<b>276.640</b>

- (i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas que são títulos emitidos pelas instituições financeiras, cujos rendimentos estão atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário com média de rentabilidade entre 75% do CDI e 103,6% do CDI em 2022 (75% do CDI e 104,8% do CDI em 31 de dezembro de 2021), e possuem liquidez imediata. As receitas geradas por estes investimentos são registradas como receita financeira.

## 10 Aplicações financeiras

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Títulos de capitalização (i)	500	500
BR Renda Fixa CP Corporate Ágil (ii)	5.664	5.172
CDB Pré-Fixado (iii)	10.795	10.230
	<b>16.959</b>	<b>15.902</b>
Ativo circulante	6.164	5.672
Ativo não circulante	10.795	10.230

- (i) O saldo é decorrente de investimentos em títulos de capitalização, atualizado pela Taxa Referencial (“TR”) aplicada às cadernetas de poupança.
- (ii) O Grupo apresenta aplicações financeiras em fundos de investimento com o Banco do Brasil que corresponde a porção mínima de 5,00% de garantia do financiamento obtido junto ao mesmo, conforme detalhado na nota explicativa 18.f. A aplicação apresentou uma remuneração acumulada em 31 de dezembro de 2022 de 11,8484% (31 de dezembro de 2021 de 4,1062%).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresenta aplicações financeiras com taxa pré-fixadas no montante de R\$10.795 (31 de dezembro de 2021 de R\$10.230) com o Banco Santander, essa aplicação tem vencimento em 17 de julho de 2023 e tem sua taxa pré-fixada em 6,50% a.a.

## 11 Contas a receber de clientes

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Duplicatas e cheques a receber	513	1.397	513	1.397
Duplicatas a receber com partes relacionadas (Nota 14)	337	203	337	203
Outras contas a receber	7.241	2.391	7.241	2.398
Administradoras de cartão	156.149	125.999	156.149	126.069
<b>Sub-total</b>	<b>164.240</b>	<b>129.990</b>	<b>164.240</b>	<b>130.067</b>
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(114)	(374)	(114)	(374)
<b>Total</b>	<b>164.126</b>	<b>129.616</b>	<b>164.126</b>	<b>129.693</b>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber. O Grupo possui títulos cedidos em garantia conforme nota 18.f.

As operações com administradores de cartão são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas com vendas e distribuição.

O Grupo reconhece a perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber após análise individualizada dos clientes. Além disso, o Grupo tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 90 dias cujo recebimento não líquido é certo, exceto para o contas a receber com partes relacionadas. O saldo vencido a mais de 90 dias demonstrado no aging-list abaixo e não constituídos referem-se principalmente aos saldos a receber com partes relacionadas, a qual Administração avalia que são recuperáveis e nenhuma estimativa de perda foi necessária.

O Grupo possui perdas estimadas de crédito no montante de R\$ 114 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 374 em 31 de dezembro de 2021), controladora e consolidado, conforme movimentação a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro</b>	374	752
Perdas por redução ao valor recuperável do exercício	50	46
Baixa do contas a receber	(310)	(424)
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>114</b>	<b>374</b>

Abaixo segue o *aging list* do contas a receber de clientes e outras contas a receber:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<i>A vencer</i>	163.731	129.178	163.731	129.255
<i>Vencidos:</i>				
30 dias	241	327	241	327
60 dias	109	47	109	47
90 dias	24	19	24	19
120 dias	8	25	8	25
180 dias	20	14	20	14
Acima de 180 dias	107	380	107	380
<b>Total</b>	<b>164.240</b>	<b>129.990</b>	<b>164.240</b>	<b>130.067</b>

## 12 Estoques

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Mercadorias para revenda	145.320	140.512	145.320	140.859
Material de embalagem e uso e consumo	13.784	14.896	13.784	14.896
Importação em andamento	4.158	2.855	4.158	2.855
Adiantamento a fornecedores - partes relacionadas (nota 14)	-	347	-	-
Almoxarifado	5.144	229	5.144	229
	<b>168.406</b>	<b>158.839</b>	<b>168.406</b>	<b>158.839</b>

As perdas estimadas de estoques foram realizadas de acordo com percentual de perda histórica aplicado sobre os saldos em aberto. A perda líquida constituída nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício foi de R\$ 1.062 (R\$ 1.552 em 31 de dezembro de 2021) e foi aplicada aos estoques de mercadorias para revenda, conforme apresentada a seguir:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro</b>	<b>1.552</b>	<b>193</b>
Constituição/(reversão) da perda	(490)	1.359
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>1.062</b>	<b>1.552</b>

### 13 Tributos a recuperar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (a)	31.496	25.660	31.496	25.660
PIS e COFINS a recuperar (a)	31.198	12.397	31.198	12.397
Outros	3.504	1.197	3.511	1.197
	<b>66.198</b>	<b>39.254</b>	<b>66.205</b>	<b>39.254</b>
Ativo circulante	44.909	20.936	44.916	20.936
Ativo não circulante (b)	21.289	18.318	21.289	18.318

- (a) O valor corresponde a créditos tributários extemporâneos de ICMS, PIS, COFINS, onde serão compensados com impostos a pagar. Os demais saldos correspondentes ao ICMS registrados nessa rubrica são decorrentes da operação do Grupo, bem como o crédito de PIS e COFINS oriundo da exclusão de ICMS.
- (b) O valor correspondente a longo prazo refere-se majoritariamente aos avos de ICMS a recuperar incidentes sobre compra de ativo imobilizado, bem como o crédito de PIS e COFINS oriundo da exclusão de ICMS na base referente ao estado de São Paulo.

## 14 Partes relacionadas

### a. Controladora

#### (i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

	Impacto nas contas patrimoniais							
	31/12/2022			31/12/2021				
	Contas a receber (Nota 11)	Passivo de arrendamento (Nota 16.b)	Fornecedores (Nota 17)	Contas a receber (Nota 11)	Adiantamento a fornecedores (Nota 12)	Outras contas a receber	Passivo de arrendamento (Nota 16.b)	Fornecedores (Nota 17)
Oba Gourmet Restantes Ltda. (ii)	-	-	-	-	347	-	-	-
Fresh Labs Ltda (iv)	-	-	-	-	-	1.036	-	-
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	(58.190)	-	-	-	-	(11.124)	-
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda (i)	-	(20.976)	-	-	-	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	2	(107)	-	-	-	-	(1)	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	1	-	-	-	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	4	(651)	-	4	-	-	(181)	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	3	-	-	2	-	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	40	-	-	-	-	-	-	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	(264)	-	-	-	-	(5)
Mooca Administradora de Aluguéis Ltda. (i)	-	(25.127)	-	-	-	-	(57.192)	-
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	287	-	-	197	-	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	(36.604)	-	-	-	-	(10.743)	-
	<b>337</b>	<b>(141.655)</b>	<b>(264)</b>	<b>203</b>	<b>347</b>	<b>1.036</b>	<b>(79.241)</b>	<b>(5)</b>

**(ii) Contas do resultado**

	<b>Impacto no resultado</b>							
	<b>31/12/2022</b>			<b>31/12/2021</b>				
	<b>Vendas de mercadorias</b>	<b>Outros serviços</b>	<b>Compras de mercadorias</b>	<b>CPC 06 (R2) - Deprec. + juros</b>	<b>Vendas de mercadorias</b>	<b>Outros serviços</b>	<b>Compras de mercadorias</b>	<b>CPC 06 (R2) - Deprec. + juros</b>
Oba Gourmet Restaurantes Ltda. (ii)	38	-	-	-	557	-	-	-
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	12.810	-	-	-	9.624
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda (i)	-	-	-	1.514	-	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	10	-	-	15	6	-	-	14
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	7	1	-	-	17	-	-	53
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	100	-	8	-	2.057	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	27	-	-	163	24	-	-	156
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	38	-	-	-	39	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	62	-	-	-	55	-	-	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	36	-	-	-	-	-	-
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	742	-	9.607	-	664	-	7.892
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	2.370	-	-	-	3.162	-	14	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	6.525	-	-	-	3.839
Agrindoor Agropecuária Ltda. (ii)	-	-	12	-	-	-	10	-
	<b>2.552</b>	<b>779</b>	<b>112</b>	<b>30.634</b>	<b>3.868</b>	<b>664</b>	<b>2.081</b>	<b>21.578</b>

**b. Consolidado**

**(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo**

	<b>Impacto nas contas patrimoniais</b>					
	<b>31/12/2022</b>			<b>31/12/2021</b>		
	<b>Contas a receber (Nota 11)</b>	<b>Passivo de arrendamento (Nota 16.b)</b>	<b>Fornecedores (Nota 17)</b>	<b>Contas a receber (Nota 11)</b>	<b>Passivo de arrendamento (Nota 16.b)</b>	<b>Fornecedores (Nota 17)</b>
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	(58.190)	-	-	(11.124)	-
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda (i)	-	(20.976)	-	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	2	(107)	-	-	(1)	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	1	-	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	4	(651)	-	4	(181)	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda.	3	-	-	2	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	40	-	-	-	-	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	(264)	-	-	(5)
Mooca Administradora de Aluguéis Ltda. (i)	-	(25.127)	-	-	(57.192)	-
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	287	-	-	197	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	(36.604)	-	-	(10.743)	-
	<b>337</b>	<b>(141.655)</b>	<b>(264)</b>	<b>203</b>	<b>(79.241)</b>	<b>(5)</b>

**Contas de resultado**

	<b>Impacto no resultado</b>							
	<b>31/12/2022</b>				<b>31/12/2021</b>			
	<b>Vendas de mercadorias</b>	<b>Outros serviços</b>	<b>Compras de mercadorias</b>	<b>CPC 06 (R2) - Deprec. + juros</b>	<b>Vendas de mercadorias</b>	<b>Outros serviços</b>	<b>Compras de mercadorias</b>	<b>CPC 06 (R2) - Deprec. + juros</b>
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	12.810	-	-	-	9.624
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda (i)	-	-	-	1.514	-	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	10	-	-	15	6	-	-	14
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	7	1	-	-	17	-	-	53
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	100	-	8	-	2.057	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	27	-	-	163	24	-	-	156
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	38	-	-	-	39	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	62	-	-	-	55	-	-	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	36	-	-	-	-	-	-
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	742	-	9.607	-	664	-	7.892
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	2.370	-	-	-	3.162	-	14	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	6.525	-	-	-	3.839
Agrindoor Agropecuária Ltda. (ii)	-	-	12	-	-	-	10	-
	<b>2.514</b>	<b>779</b>	<b>112</b>	<b>30.634</b>	<b>3.311</b>	<b>664</b>	<b>2.081</b>	<b>21.578</b>

**c. Natureza das transações com partes relacionadas**

- (i) Refere-se a saldo a pagar decorrente de contratos de aluguel (arrendamento mercantil) das lojas, cujo prazo de aluguel é de 5 a 10 anos, com pagamentos mensais. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total do passivo de arrendamento é de R\$ 141.655 (R\$ 79.241 em 31 de dezembro de 2021);
- (ii) Refere-se a compra e venda de mercadorias, com prazo médio de pagamento e recebimento de 30 dias conforme demonstrado nas tabelas acima;
- (iii) Refere-se aos serviços prestados de engenharia para a construção das novas lojas e reformas nas lojas existentes conforme demonstrado nas tabelas acima.
- (iv) Refere-se a conta corrente com a controlada Fresh Labs Ltda.

As operações com partes relacionadas, apresentadas nos quadros acima são resultados principalmente de transações que a Companhia tem junto aos seus principais acionistas e suas controladoras mantém entre si e com outras entidades relacionadas, e foram registradas nos termos e condições citados acima acordado entre as partes.

**d. Honorários dos profissionais chaves da Administração**

O Grupo considera como “profissionais chaves da administração”, os integrantes da sua diretoria e conselho. A remuneração dos referidos profissionais, está composta por despesas que incluem salários, encargos sociais, pró-labore e bônus no montante de R\$ 12.352 (R\$ 10.643 em 2021) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**15 Imobilizado**

**a. Composição**

**Controladora**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	<u>Líquido</u> 31/12/2022	Custo	Depreciação acumulada	<u>Líquido</u> 31/12/2021
Instalações comerciais	5	45.025	(16.670)	28.355	31.613	(14.267)	17.346
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	208.520	(49.692)	158.828	192.605	(35.589)	157.016
Veículos	10	21.136	(13.516)	7.620	22.835	(14.038)	8.797
Computadores e periféricos	19	13.777	(7.452)	6.325	11.103	(5.612)	5.491
Móveis e utensílios	7	41.624	(17.853)	23.771	36.368	(15.650)	20.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	264.006	(41.060)	222.946	241.558	(29.759)	211.799
Imobilizado em trânsito	-	4.546	-	4.546	20.347	-	20.347
Adiantamento para fornecedores	-	3.071	-	3.071	7.168	-	7.168
Capitalização de juros de empréstimos	4	7.907	(774)	7.133	3.511	-	3.511
		<b>609.612</b>	<b>(147.017)</b>	<b>462.595</b>	<b>567.108</b>	<b>(114.915)</b>	<b>452.193</b>

**Consolidado**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2022	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021
Instalações comerciais	5	45.025	(16.670)	28.355	31.613	(14.267)	17.346
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	208.520	(49.692)	158.828	192.605	(35.589)	157.016
Veículos	10	21.136	(13.516)	7.620	22.835	(14.038)	8.797
Computadores e periféricos	19	13.841	(7.454)	6.387	11.103	(5.612)	5.491
Móveis e utensílios	7	41.624	(17.853)	23.771	36.368	(15.650)	20.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	264.006	(41.060)	222.946	241.558	(29.759)	211.799
Imobilizado em trânsito	-	4.546	-	4.546	20.347	-	20.347
Adiantamento para fornecedores	-	3.071	-	3.071	7.168	-	7.168
Capitalização de juros de empréstimos	4	7.907	(774)	7.133	3.511	-	3.511
		<b>609.676</b>	<b>(147.019)</b>	<b>462.657</b>	<b>567.108</b>	<b>(114.915)</b>	<b>452.193</b>

**b. Movimentação**

**Controladora**

	Saldo inicial 01/01/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Baixa – Transferências controlada	Saldo Final 31/12/2022
Instalações comerciais	17.346	13.486	(2.683)	206	-	28.355
Máquinas, equipamentos e ferramentas	157.016	16.527	(14.808)	93	-	158.828
Veículos	8.797	984	(1.376)	(785)	-	7.620
Computadores e periféricos	5.491	2.946	(1.726)	(322)	(64)	6.325
Móveis e utensílios	20.718	5.776	(1.981)	(742)	-	23.771
Benfeitorias em propriedade de terceiros	211.799	22.602	(12.302)	847	-	222.946
Imobilizado em trânsito	20.347	-	-	(15.801)	-	4.546
Adiantamento para fornecedores	7.168	-	-	(4.097)	-	3.071
Capitalização de juros de empréstimos (Nota 18.a)	3.511	4.396	(774)	-	-	7.133
	<b>452.193</b>	<b>66.717</b>	<b>(35.650)</b>	<b>(20.601)</b>	<b>(64)</b>	<b>462.595</b>

**Grupo Fartura de Hortifrut S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de 2022*

	Saldo inicial 01/01/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 31/12/2021
Instalações comerciais	8.254	10.046	(933)	(21)	17.346
Máquinas, equipamentos e ferramentas	138.424	30.830	(11.840)	(398)	157.016
Veículos	7.631	2.524	(577)	(781)	8.797
Computadores e periféricos	3.920	2.895	(1.312)	(12)	5.491
Móveis e utensílios	10.150	12.353	(1.765)	(20)	20.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	132.072	89.054	(8.660)	(667)	211.799
Imobilizado em trânsito	3.571	16.776	-	-	20.347
Adiantamento para fornecedores	748	6.420	-	-	7.168
Capitalização de juros de empréstimos (Nota 18.a)	-	3.511	-	-	3.511
	<b>304.770</b>	<b>174.409</b>	<b>(25.087)</b>	<b>(1.899)</b>	<b>452.193</b>

### **Consolidado**

	Saldo inicial 01/01/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 31/12/2022
Instalações comerciais	17.346	13.486	(2.683)	206	28.355
Máquinas, equipamentos e ferramentas	157.016	16.527	(14.808)	93	158.828
Veículos	8.797	984	(1.376)	(785)	7.620
Computadores e periféricos	5.491	2.946	(1.726)	(324)	6.387
Móveis e utensílios	20.718	5.776	(1.981)	(742)	23.771
Benfeitorias em propriedade de terceiros	211.799	22.602	(12.302)	847	222.946
Imobilizado em trânsito	20.347	-	-	(15.801)	4.546
Adiantamento para fornecedores	7.168	-	-	(4.097)	3.071
Capitalização de juros de empréstimos (Nota 18.a)	3.511	4.396	(774)	-	7.133
	<b>452.193</b>	<b>66.717</b>	<b>(35.650)</b>	<b>(20.603)</b>	<b>462.657</b>

	Saldo inicial 01/01/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 31/12/2021
Instalações comerciais	8.254	10.046	(933)	(21)	17.346
Máquinas, equipamentos e ferramentas	138.463	30.830	(11.840)	(437)	157.016
Veículos	7.631	2.524	(577)	(781)	8.797
Computadores e periféricos	3.920	2.895	(1.312)	(12)	5.491
Móveis e utensílios	10.150	12.353	(1.765)	(20)	20.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	132.072	89.054	(8.660)	(667)	211.799
Imobilizado em trânsito	3.571	16.776	-	-	20.347
Adiantamento para fornecedores	748	6.420	-	-	7.168
Capitalização de juros de empréstimos (Nota 18.a)	-	3.511	-	-	3.511
	<b>304.809</b>	<b>174.409</b>	<b>(25.087)</b>	<b>(1.938)</b>	<b>452.193</b>

### **c. Garantias**

O Grupo não possui bens dados em garantias em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

**d. Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)**

O Grupo não identificou indicativos que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação.

**16 Arrendamento mercantil**

O Grupo registra os arrendamentos como ativo de direito de uso (ativo imobilizado) e o passivo de arrendamento no seu balanço patrimonial. O Grupo arrenda imóveis para instalações de lojas. Esses arrendamentos possuem cláusula de opção de renovação após período de vigência. O Grupo avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Administração reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

**a. Ativo de direito de uso (imóveis)**

	<b>Controladora e consolidado</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>276.228</b>
Novos contratos e atualização monetária	153.866
Depreciação acumulada (Nota 24)	(78.542)
Baixas arrendamento	(4.472)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>347.080</b>
Novos contratos e atualização monetária	197.684
Depreciação acumulada (Nota 24)	(85.850)
Baixas arrendamento	(28.231)
<b>Saldo em 31 dezembro de 2022</b>	<b>430.683</b>

**b. Passivo de arrendamento**

	<b>Controladora e consolidado</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>(297.993)</b>
Novos contratos e atualização monetária	(153.866)
Juros apropriados (Nota 25)	(26.171)
Pagamentos - principal	64.312
Pagamentos - juros	26.172
Baixas arrendamento	5.321
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(382.225)</b>
Novos contratos e atualização monetária	(197.684)
Juros apropriados (Nota 25)	(38.547)
Pagamentos - principal	64.464
Pagamentos - juros	38.547
Baixas arrendamento	40.562
<b>Saldo em 31 dezembro de 2022</b>	<b>(474.883)</b>
Circulante	82.613
Não circulante	392.270

A seguir apresentamos os montantes a pagar de arrendamento de longo prazo por ano de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2022:

	<b>31/12/2022</b>
<b>Ano</b>	
2024	72.653
2025	67.525
2026	56.216
2027	42.457
Acima de 2028	153.419
	<b>392.270</b>

O Grupo utilizou a taxa de média de desconto aplicada que variam de 6,23% a 14,58% a.a. (6,23% a 12,62% a.a em 31 de dezembro de 2021) para os contratos firmados de arrendamento considerando o tempo do contrato, obtidas utilizando como critério a taxa incremental de captação para um novo financiamento com prazo e condições similares.

### ***Resumo do passivo de arrendamento por contraparte***

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Partes relacionadas (Nota 14)	(141.655)	(79.241)
Outros (a)	(333.228)	(302.984)
	<b>(474.883)</b>	<b>(382.225)</b>

- (a) Os montantes compostos por “outros” referem-se substancialmente a pessoas físicas ou jurídicas, considerando imobiliários ou empresas que possuem propriedades para investimentos. O Grupo não possui arrendamentos com instituições financeiras.

## **17 Fornecedores**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Fornecedores de mercadorias	135.048	120.930	135.048	120.951
Fornecedores de mercadorias com partes relacionadas (Nota 14)	264	5	264	5
Fornecedores de risco sacado (i)	-	148	-	148
Fornecedores de imobilizado	8.135	17.634	8.135	17.634
	<b>143.447</b>	<b>138.717</b>	<b>143.447</b>	<b>138.738</b>

- (i) O Grupo participa de um contrato de financiamento, no qual seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de sua fatura antecipado por um banco, considerando os valores a receber do Grupo. Nos termos do acordo, um banco concorda em pagar os valores a um fornecedor participante em relação às faturas devidas pelo Grupo e recebe liquidação do Grupo em uma data posterior. O principal objetivo deste contrato é facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pelo Grupo a um banco antes da data de vencimento.

O Grupo não desreconheceu os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar no acordo. Da perspectiva do Grupo, o acordo não estende significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não estão participando. O Grupo não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores.

## 18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Controladora e consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp) (c)	USD	3,6818% a CDI + 2,15%	jul/2023 a Out/2026	125.746	271.019
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro) - (d)	R\$	CDI + 1,46% a CDI + 1,90%	dez/2024 a mai/2027	202.117	227.168
Debêntures (b)	R\$	CDI + 1,00%	dez/2023	26.872	66.224
Debêntures - CRA (b)	R\$	CDI + 1,65%	dez/2027	106.280	100.351
Custos de transação (e)	R\$	-	-	(4.627)	(5.801)
				<b>456.388</b>	<b>658.961</b>
Passivo circulante				85.793	226.723
Passivo não circulante				370.595	432.238

A seguir apresentamos os montantes a pagar de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2022:

	<u>31/12/2022</u>
<b>Ano de vencimento</b>	
2024	179.299
2025	79.299
Acima de 2026	115.327
	<b>373.925</b>
Custo de transação	(3.330)
	<b>370.595</b>

**a. Movimentação**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>658.961</b>	<b>345.130</b>
Captação	-	354.831
Juros apropriados (Nota 25)	49.324	18.935
Juros apropriados - capitalizados (Nota 15)	4.396	3.511
Variação cambial	(6.878)	376
Juros pagos	(52.280)	(15.305)
Amortização do principal	(198.309)	(44.022)
Custo de transação	(200)	(5.089)
Amortização do custo de transação (Nota 25)	1.374	594
<b>Saldo final</b>	<b>456.388</b>	<b>658.961</b>

**b. Debêntures**

***1ª emissão de debêntures simples***

Em 5 de setembro de 2018, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 50.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1 (“Valor Nominal Unitário”), perfazimento o montante total de R\$ 50.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures tiveram prazo de vigência de 4 anos contados da data de emissão, em 10 de setembro de 2018, a liquidação ocorreu em 12 de setembro de 2022.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A., acrescidas exponencialmente de 2% ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

***2ª emissão de debêntures simples***

Em 26 de novembro de 2019, através das deliberações da Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 80.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 (“Valor Nominal Unitário”), perfazimento o montante total de R\$ 80.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures terão prazo de vigência de 4 anos contados da data de emissão, em 10 de dezembro de 2019, com vencimento previsto para 10 de dezembro de 2023, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 10 de março de 2021.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A., acrescidas exponencialmente de 1% ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

### ***3ª emissão de debêntures simples – Direitos creditórios do Agronegócio***

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, com esforços restritos de distribuição, as quais representam direitos creditórios do agronegócio (“Créditos do Agronegócio”), nos termos do §1º, do artigo 23, da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”) e do artigo 3º da Instrução da CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018, conforme alterada (“Instrução CVM 600”) no valor de R\$100.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures terão prazo de vigência de 5 anos contados da data de emissão, em 16 de dezembro de 2021, com vencimento previsto para novembro de 2027, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão os juros amortizados trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 11 de março de 2022 e do principal ocorrerá em 13 de dezembro de 2023.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios equivalentes ao IPCA acrescido de 6,5332% (seis inteiros e cinco mil, trezentos e trinta e dois décimos de milésimo por cento) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (“Remuneração”).

Em conjunto a essa operação foi feito um SWAP protegendo toda a operação onde o índice foi alterado para a taxa CDI acrescida de 1,65% ao ano.

## **c. Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp)**

### ***Banco Santander***

Em 07 de fevereiro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 60.000 junto ao Banco Santander.

O empréstimo teve o prazo de vigência de 2 anos contados da data de emissão, em 10 de fevereiro de 2020, a liquidação ocorreu em 07 de fevereiro de 2022. O valor do principal foi amortizado em uma única parcela em 07 de fevereiro de 2022 e os juros foram pagos semestralmente a partir de 11 de agosto de 2020.

Sobre o valor incidiram juros remuneratórios pela taxa CDI + 1,40% ao ano.

***Banco Itaú***

Em 26 de novembro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 50.000 junto ao Banco Itaú.

O empréstimo teve prazo de vigência de 2 anos contados da data de emissão, em 04 de dezembro de 2020, a liquidação ocorreu em 31 de maio de 2022. O valor do principal foi amortizado em uma única parcela no vencimento e os juros pagos trimestralmente a partir de 8 de março de 2021.

Sobre o valor incidiram variação cambial e juros remuneratórios de 2,035% ao ano.

Para essa captação foi emitido um SWAP da Variação Cambial e dos juros incidindo uma remuneração pela taxa CDI + 2,43% ao ano.

***Banco Santander***

Em 12 de julho de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 50.000 junto ao Banco Santander.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 2 anos contados da data de emissão, em 12 de julho de 2021, com vencimento final previsto para 14 de julho de 2023. Serão amortizadas o principal e juros em 5 (cinco) parcelas trimestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 14 de julho de 2022.

Sobre o valor incidem juros remuneratórios pela taxa CDI + 2,00% ao ano.

***Banco Itaú***

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 100.000 junto ao Banco Itaú.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 5 anos contados da data de emissão, em 23 de novembro de 2021, com vencimento previsto para 27 de outubro de 2026. O valor do principal será amortizado em 13 parcelas trimestrais iniciando em 13 de novembro de 2023 e os juros pagos trimestralmente a partir de 22 de fevereiro de 2022.

Sobre o valor incidem variação cambial e juros remuneratórios de 3,6818% ao ano.

Para essa captação foi emitido um SWAP da Variação Cambial e dos juros incidindo juros remuneratórios pela taxa CDI + 2,18% ao ano.

***Citibank***

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 4.142 junto ao Banco Citibank.

O empréstimo teve prazo de vigência de 6 meses contados da data de emissão, em 01 de dezembro de 2021, a liquidação ocorreu em 27 de maio de 2022. O valor do principal foi amortizado em parcela única no vencimento da operação, assim como os juros.

Sobre o valor incidiram variação cambial e juros remuneratórios de 2,44% a.a.

Para essa captação foi emitido um SWAP da Variação Cambial e dos juros incidindo juros remuneratórios pela taxa equivalente a 119,85% do CDI.

**d. Cédula de crédito bancário**

***1ª captação Banco do Brasil***

Em 18 de março de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 25.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo teve prazo de vigência de 2 anos contados da data de emissão, em 06 de abril de 2020, a liquidação ocorreu em 06 de abril de 2022. Foi amortizada em prestação única no seu vencimento os juros mensais a partir de 06 de maio de 2020.

Sobre o valor incidem juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,3% ao ano.

***2ª captação Banco do Brasil***

Em 22 de dezembro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 100.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 3 anos contados da data de emissão, em 28 de dezembro de 2020, com vencimento previsto para 28 de dezembro de 2023. Serão amortizadas trimestralmente em 5 parcelas, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 28 de dezembro de 2022 e os juros trimestralmente a partir de 28 de março de 2021.

Sobre o valor incidem juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,28% ao ano.

Em 12 de Dezembro de 2022, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a renovação valor de R\$ 100.000 junto ao Banco do Brasil.

A dívida foi renegociada alterando o prazo de vigência para 2 anos a partir do dia 23 de dezembro de 2022, com vencimento previsto para 28 de dezembro de 2024. Serão amortizadas semestralmente em 2 parcelas, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 28 de junho de 2024 e os juros mensalmente a contar da emissão. Os juros remuneratórios da operação foram renegociados e alterados, sendo calculados pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,90% ao ano.

***3ª captação Banco do Brasil***

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 100.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 6 anos contados da data de emissão, em 22 de novembro de 2021, com vencimento previsto para 15 de maio de 2027. Serão amortizadas semestralmente em 8 parcelas, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 15 de maio de 2023 e os juros semestralmente a partir de 15 de maio de 2022.

Sobre o valor incidem juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,46% ao ano.

**e. Custos de transação**

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>5.801</b>	<b>1.306</b>
Custos incorridos	200	5.089
(-) Amortizações	(1.374)	(594)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>4.627</b>	<b>5.801</b>
Passivo circulante	1.297	1.372
Passivo não circulante	3.330	4.429

**f. Garantias**

***Debêntures***

De acordo com o contrato de debêntures, alguns recebíveis de operadoras de cartão de crédito estão dados em garantia fiduciária aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário. Esses recebíveis devem ser depositados em conta vinculada às operações, que não possui restrições.

***Cédula de crédito bancário***

O Grupo possui uma aplicação financeira no montante de R\$ 5.664 (R\$ 5.172 em 31 de dezembro de 2021) dado em garantia conforme mencionado na nota explicativa 10 (ii).

**g. Principais compromissos assumidos**

***Debêntures***

Cláusulas contratuais restritivas estão previstas nos contratos. O Grupo monitora de forma constante o adequado cumprimento. As cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial exequível ou decisão arbitral e/ou administrativa definitiva, todas de natureza condenatória; ii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, de valor superior a R\$ 5.000; iii) não manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida (valor calculado em bases consolidadas na Emissora igual i) à soma dos passivos junto a instituições financeiras, das operações de leasing operacional e financeiro, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, diminuído (ii) das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) pelo EBITDA (significa o lucro consolidado relativo aos 12 últimos meses, antes de juros, impostos, depreciação e amortização, não permitindo-se ajustes de efeito não recorrente (despesas, custos e/ ou receitas) igual ou inferior a 2,5, apurado anualmente. Caso o Grupo não seja capaz de atender referidos Covenants, as dívidas poderão vencer antecipadamente e o Grupo deverá antecipar o valor principal acrescido de juros.

O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações do Grupo poderão ser desencadeados, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes.

***Cédula de crédito bancária***

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) manter até a data da liquidação final das obrigações a conta de depósito no Banco do Brasil; ii) manter volume diário de agenda de recebíveis realizadas por meio de cartões de crédito, suficientes para amparar 5,00% do saldo devedor da presente operação; iii) inadimplemento de qualquer obrigação principal ou acessória; iv) sofrer falência, liquidação judicial ou extra-judicial; v) sofrer protesto cambiário e; vi) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colar em risco as garantias constituídas.

## 19 Obrigações sociais e trabalhistas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Salários e ordenados	7.912	7.591	8.000	7.678
Provisão para bônus	8.851	1.987	9.287	1.987
Outras obrigações	7.784	5.829	7.835	5.837
INSS a recolher	8.113	6.335	8.186	6.348
FGTS a recolher	2.005	1.819	2.029	1.820
Férias e encargos sociais a incorrer	29.184	26.318	29.537	26.326
	<b>63.849</b>	<b>49.879</b>	<b>64.874</b>	<b>49.996</b>

A movimentação do saldo de provisão de bônus segue conforme demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro</b>	<b>1.987</b>	<b>12.109</b>	<b>1.987</b>	<b>12.022</b>
Provisão para bônus do exercício	15.582	5.350	16.132	5.437
Baixas por liquidação	(8.718)	(15.472)	(8.832)	(15.472)
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro</b>	<b>8.851</b>	<b>1.987</b>	<b>9.287</b>	<b>1.987</b>

## 20 Obrigações tributárias

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - a pagar	7.862	7.380	7.862	7.390
Contribuição para financiamento da seguridade social	233	614	233	626
Programa de integração social	43	131	43	134
Imposto de renda retido na fonte	2.961	2.262	3.023	2.262
IPTU a pagar	322	108	322	108
Outros tributos	1.017	1.273	1.016	1.272
	<b>12.438</b>	<b>11.768</b>	<b>12.499</b>	<b>11.792</b>

## 21 Provisão para processos judiciais

O Grupo é parte em processos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto judicial.

Para as ações classificadas como probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda, conforme segue:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Provisão trabalhista (i)	49.693	34.185
Provisões cíveis	293	227
<b>Total provisões</b>	<b>49.986</b>	<b>34.412</b>
Depósitos judiciais trabalhistas	(44.000)	(29.851)
<b>Total depósitos judiciais</b>	<b>(44.000)</b>	<b>(29.851)</b>
Total líquido	<b>5.986</b>	<b>4.561</b>

- (ii) Do montante total de R\$ 49.693, o valor de R\$ 44.000 (R\$ 29.851 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a processos relativos a INSS terceiras entidades, onde o Grupo realizou depósito em juízo no mesmo montante. Em fevereiro de 2022 o STF finalizou a discussão desfavoravelmente ao contribuinte no julgamento dos Temas 495 (RE nº 630898 - "É constitucional a contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao INCRA devida pelas empresas urbanas e rurais, inclusive após o advento da EC nº 33/2001") e 325 (RE nº RE 603624 - "As contribuições devidas ao SEBRAE, à APEX e à ABDI com fundamento na Lei 8.029/1990 foram recepcionadas pela EC 33/2001"), onde o processo do Grupo Fartura transitou em julgado em agosto de 2022. Desta forma, os depósitos judiciais estão em fase de conversão em renda para a União Federal.

## Movimentação da provisão para processos judiciais e dos depósitos judiciais

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo inicial da provisão em 1º de janeiro</b>	<b>34.412</b>	<b>19.053</b>
Constituição/ reversão da provisão para processos judiciais	12.726	17.332
Pagamentos realizados durante o exercício	(1.260)	(1.973)
Pagamentos realizados através de conversão de depósitos judiciais	(1.376)	-
Atualização monetária	5.484	-
<b>Saldo final da provisão em 31 de dezembro</b>	<b>49.986</b>	<b>34.412</b>
<b>Saldo inicial depósitos judiciais em 1º de janeiro</b>	<b>(29.851)</b>	<b>(16.494)</b>
Realização de depósitos judiciais	(10.041)	(13.357)
Baixa de depósitos judiciais	1.376	-
Atualização monetária	(5.484)	-
<b>Saldo final depósitos judiciais em 31 de dezembro</b>	<b>(44.000)</b>	<b>(29.851)</b>
<b>Saldo final líquido</b>	<b>5.986</b>	<b>4.561</b>

### Processos com perdas possíveis

O Grupo possui ações de natureza cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos, portanto, nenhuma provisão foi constituída, demonstramos abaixo os valores envolvidos:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Cíveis	337	227
Trabalhistas (i)	7.999	7.095
<b>Saldo final</b>	<b>8.336</b>	<b>7.322</b>

- (i) O Grupo detém o valor de R\$ 7.999 de processos trabalhistas como perda possível, sendo o principal processo referente contribuição previdenciária patronal.

## 22 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 91.438, dividido em 2.781.220 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Participação</b>	<b>Valor</b>
Carlos Roberto Alves	54,88%	50.181
Crescera Oba Growth CO - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia	30,00%	27.431
Raimundo Desiderio Alves Caetano	10,50%	9.601
Luiz Las-Casas Alves	3,22%	2.944
Alex Alves dos Santos Brito	1,40%	1.281
	<b>100%</b>	<b>91.438</b>

**b. Reserva de capital**

Sujeito às limitações previstas no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente do lucro líquido após as deduções legais aplicáveis poderá ser alocado a constituição de reserva de capital com a finalidade de expansão das atividades da Companhia, se aprovado em assembleia geral de acionistas.

**c. Reserva de lucros**

***Reserva legal***

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

***Reserva de retenção de lucros***

É destinada à aplicação em investimentos com aquisições e de capital de giro. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

**d. Reserva de benefício fiscal ágio**

A reserva de benefício fiscal constituída em janeiro de 2020, deve-se a incorporação reversa da Oba Growth, após a qual o benefício fiscal relativo ao ágio apurado na aquisição do Grupo Fartura foi registrado em contrapartida ao ativo fiscal diferido de R\$ 49.089 contra a reserva de benefício fiscal no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva é de R\$ 41.726 (R\$ 46.635 em 31 de dezembro de 2021) conforme nota explicativa 26.c.

Em 2017, a Crescera - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, por meio da empresa veículo Oba Growth Participações S.A. (“Oba Growth”), adquiriu participação societária na Companhia, o que, após alocação do preço de compra, gerou um ágio na aquisição. Houve a incorporação da empresa adquirente pelo investimento adquirido.

Em 31 de janeiro de 2020, o Oba Growth Participações S.A., que detinha 30% de participação foi reversamente incorporado pela Companhia. No seu reconhecimento inicial, as principais condições previstas na Lei nº 12.973/14 para aproveitamento fiscal do ágio tinham sido cumpridas.

**e. Reserva de benefício fiscal subvenção**

O Grupo Fartura está sujeito a determinados incentivos fiscais de ICMS, dentre os quais destaca-se a isenção prevista no Convênio ICMS nº 44, de 15.12.1975 (“Convênio 44/75”) para as operações com produtos hortifrutigranjeiros, esses benefícios fiscais reduzem a despesa de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tais como crédito presumido, redução de base de cálculo e redução de alíquota, apresentando um montante considerável de exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para viabilizar a utilização desse benefício, o Grupo cumpre os requisitos legais.

A Lei no 12.973/14, em seu art. 30, § 3o, destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através da conta Lucros Acumulados, para a Reserva de Incentivos Fiscais está limitada ao valor do lucro líquido no encerramento do exercício.

**f. Distribuição de dividendos**

Conforme disposição estatutária, a Companhia distribuirá anualmente, desde que haja lucros suficientes para tal, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada ano, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Lucro do exercício	34.452	20.623
(-) Reserva legal (5%)	1.723	1.031
Base de cálculo de dividendos	32.729	19.592
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (ações ordinárias) (i)	-	4.898

- (i) Em 24 de fevereiro de 2023, através da ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA), foi deliberado pela não distribuição de dividendos referente a lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

***Movimentação dos dividendos a pagar***

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>10.433</b>
Dividendos no exercício	4.898
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores (i)	3.068
Dividendos pagos (i)	(16.898)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.501</b>
Dividendos pagos (ii)	(1.501)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>

- (i) Em 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos no montante de R\$ 16.898, sendo que, R\$ 10.433 refere-se a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício de 2020, R\$ 3.068 refere-se a distribuição de dividendos de lucros apurados em exercícios anteriores e R\$ 3.397 a título de antecipação dos dividendos mínimos apurados no exercício de 2021.
- (ii) Pagamento realizado no dia 27 de julho de 2022 no montante de R\$ 1.501, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de junho de 2022.

**g. Outros resultados abrangentes**

***Hedge de fluxo de caixa***

A Companhia reconhece nessa rubrica a variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuídos a alterações na taxa de câmbio USD/BRL oriundas do pagamento de principal e juros dos passivos financeiros (empréstimos) contratados pela Companhia, os montantes que foram reconhecidos em outros resultados abrangentes durante a vigência da relação de hedge, devem ser reclassificados para o resultado financeiro como ajuste de reclassificação no mesmo período, ou períodos, nos quais as transações futuras previstas afetarem o resultado. Em 31 de dezembro de 2022 foram registrados em Outros Resultados Abrangentes o montante de R\$ 5.461, sendo que R\$ 8.274 refere-se ao registro do Hedge de Fluxo de Caixa conforme nota explicativa 28.d e R\$ (2.813) refere-se ao efeito tributário conforme nota explicativa 26.c.

## 23 Receita de vendas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Vendas de mercadorias	2.537.475	2.194.930	2.537.475	2.195.606
Vendas de serviços e demais receitas	1.102	1.094	1.102	1.094
<b>Receita bruta total</b>	<b>2.538.577</b>	<b>2.196.024</b>	<b>2.538.577</b>	<b>2.196.700</b>
Tributos federais, estaduais e municipais	(207.386)	(180.007)	(207.390)	(180.175)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.331.191</b>	<b>2.016.017</b>	<b>2.331.187</b>	<b>2.016.525</b>

A receita líquida por canais de venda está assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Vendas de mercadorias digital	124.038	120.903	124.038	120.903
Vendas de mercadorias física	2.207.153	1.895.114	2.207.149	1.895.622
<b>Receita líquida total</b>	<b>2.331.191</b>	<b>2.016.017</b>	<b>2.331.187</b>	<b>2.016.525</b>

### Sazonalidade das operações

A receita líquida média de vendas durante o quarto trimestre é geralmente acima da receita líquida média de vendas durante os outros trimestres do ano. Em 2022, o quarto trimestre apresentou receita líquida 15,9% (5,3% em 2021) superior à média dos demais trimestres do ano.

## 24 Despesas por natureza

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Compras de mercadorias	1.364.200	1.202.766	1.364.201	1.202.919
Pessoal	443.157	391.619	447.692	393.085
Propaganda e publicidade	24.211	19.692	24.211	19.692
Bonificações	(6.632)	(5.296)	(6.632)	(5.297)
Aluguéis de veículos e maquinários	7.390	6.087	7.390	6.087
Ocupação	21.953	8.824	21.952	8.964
Transportes e fretes	42.700	33.002	42.700	33.002
Utilidades e serviços	50.907	40.588	50.917	40.678
Material de uso e consumo	26.062	27.203	26.062	27.241
Taxa de administração de cartão	28.450	21.069	28.450	21.093
Serviços prestados	31.052	24.421	31.235	24.784
Manutenção e reparos	19.687	17.147	19.688	17.156
Despesas gerais	33.073	30.010	33.299	30.104
Tarifas e tributos	4.834	2.769	4.838	2.795
Resultado com a alienação de ativo fixo	(679)	(269)	(679)	(230)
Resultado com a alienação de arrendamento mercantil	(12.331)	(849)	(12.331)	(849)
Depreciação e amortização	35.858	30.244	35.860	30.244
Depreciação arrendamento mercantil (Nota 16.a)	85.850	78.542	85.850	78.542
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber (Nota 11)	(260)	(378)	(260)	(378)
Outros receitas e despesas	1.700	7.421	1.615	7.492
	<b>2.201.182</b>	<b>1.934.612</b>	<b>2.206.058</b>	<b>1.937.124</b>
Custos das vendas	1.383.971	1.216.189	1.383.971	1.216.342
Despesas com vendas e distribuição	706.824	612.430	706.840	613.588
Despesas gerais e administrativas	109.875	84.430	114.821	85.456
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(260)	(378)	(260)	(378)
Outras receitas (despesas), líquidas	772	21.941	686	22.116
	<b>2.201.182</b>	<b>1.934.612</b>	<b>2.206.058</b>	<b>1.937.124</b>

## 25 Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	14.673	4.132	14.703	4.132
Juros ativos	28	-	28	-
Variações cambiais ativa	22.164	1.363	22.164	1.363
Rendas em operações com derivativos	50.980	-	50.979	-
Outras receitas financeiras	1.962	1.847	1.963	1.847
	<u><b>89.807</b></u>	<u><b>7.342</b></u>	<u><b>89.837</b></u>	<u><b>7.342</b></u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Outras despesas financeiras	(1.705)	(1.295)	(1.705)	(1.296)
Descontos financeiros	(1.788)	(1.477)	(1.788)	(1.477)
Despesas bancárias	(169)	(195)	(172)	(198)
Juros passivos e multas de mora	(2.575)	(1.440)	(2.576)	(1.445)
Juros sobre empréstimos e debêntures (Nota 18.a)	(43.395)	(18.584)	(43.395)	(18.584)
Variações cambiais passivas	(5.335)	(1.204)	(5.335)	(1.204)
Despesas com derivativos	(83.018)	(6.225)	(83.018)	(6.225)
Juros sobre arrendamento (Nota 16.b)	(38.547)	(26.171)	(38.547)	(26.171)
Juros CRA (Nota 18.a)	(5.929)	(351)	(5.929)	(351)
Custos de empréstimos, e financiamentos e debêntures (Nota 18.a)	(1.374)	(594)	(1.374)	(594)
	<u><b>(183.835)</b></u>	<u><b>(57.536)</b></u>	<u><b>(183.839)</b></u>	<u><b>(57.545)</b></u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u><b>(94.028)</b></u>	<u><b>(50.194)</b></u>	<u><b>(94.002)</b></u>	<u><b>(50.203)</b></u>

## 26 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

### a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>2.051</b>	<b>(3.739)</b>	<b>2.051</b>	<b>(3.751)</b>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:</b>				
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(89)	(128)	(89)	(128)
Perdas estimadas de estoques	(167)	462	(167)	462
Derivativos e variação cambial	1.363	1.710	1.363	1.710
Provisão para bônus	2.551	(3.336)	2.551	(3.335)
Outras diferenças temporárias	1.701	1.141	1.701	1.141
Provisão para processos judiciais	5.295	5.222	5.295	5.222
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(12.131)	(9.306)	(12.131)	(9.306)
Arrendamento CPC 06(R2)/IFRS 16	7.660	2.249	7.660	2.249
Prejuízo fiscal a compensar	-	-	-	(385)
Ágio na incorporação (nota 22.d)	(4.909)	(2.454)	(4.909)	(2.454)
	<b>1.274</b>	<b>(4.440)</b>	<b>1.274</b>	<b>(4.824)</b>
<b>Total da despesa de impostos (nota 26.b)</b>	<b>3.325</b>	<b>(8.179)</b>	<b>3.325</b>	<b>(8.575)</b>

**b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva**

	<b>Controladora</b>				<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2022</b>		<b>31/12/2021</b>		<b>31/12/2022</b>		<b>31/12/2021</b>	
	%		%	%		%		%
<b>Resultado de operações continuadas antes dos impostos</b>	-	<b>31.127</b>	-	<b>28.802</b>	-	<b>31.127</b>	-	<b>29.198</b>
<b>Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora</b>	<b>(34)</b>	<b>(10.583)</b>	<b>(34)</b>	<b>(9.825)</b>	<b>(34)</b>	<b>(10.583)</b>	<b>(34)</b>	<b>(9.825)</b>
Multas não dedutíveis	(0,71)	(222)	(0,63)	(182)	(0,71)	(222)	(0,62)	(182)
Outros	(0,42)	(131)	(8,34)	(2.403)	(0,42)	(131)	(8,23)	(2.403)
Resultado da equivalência patrimonial	(5,30)	(1.650)	(2,66)	(765)	(5,30)	(1.650)	(2,62)	(765)
Prejuízo fiscal de base negativa	(0,47)	(145)	-	-	(0,47)	(145)	-	-
Baixa de passivo de arrendamento	13,47	4.192	-	-	13,47	4.192	-	-
Ajuste reapuração LALUR 2021	6,59	2.051	-	-	6,59	2.051	-	-
Subvenção de investimento (nota 22.e)	31,53	9.813	17,35	4.996	31,53	9.813	17,11	4.996
	<b>10,68</b>	<b>3.325</b>	<b>(28,40)</b>	<b>(8.179)</b>	<b>10,68</b>	<b>3.325</b>	<b>(28,01)</b>	<b>(8.179)</b>
<b>Lucro presumido</b>	-	-	-	-	-	-	(1,36)	(396)
<b>Total do imposto corrente e diferido</b>	<b>10,68</b>	<b>3.325</b>	<b>(28,40)</b>	<b>(8.179)</b>	<b>10,68</b>	<b>3.325</b>	<b>(29,37)</b>	<b>(8.575)</b>

**c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos**

**Controladora**

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2022		
				Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	153	(89)	-	64	64	-
Perdas estimadas de estoques	528	(167)	-	361	361	-
Derivativos e variação cambial	1.817	1.363	-	3.180	3.180	-
Hedge fluxo de caixa (VJORA)	-	-	2.813	2.813	2.813	-
Provisão para bônus	1.014	2.551	-	3.565	3.565	-
Outras diferenças temporárias	1.418	1.701	-	3.119	3.119	-
Provisão para processos judiciais	11.701	5.295	-	16.996	16.996	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(22.670)	(12.131)	-	(34.801)	-	(34.801)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	9.649	7.660	-	17.309	17.309	-
Ágio na incorporação (i) (nota 22.d)	46.635	(4.909)	-	41.726	41.726	-
<b>Total Imposto líquido (passivo ) ativo</b>	<b>50.245</b>	<b>1.274</b>	<b>2.813</b>	<b>54.332</b>	<b>89.133</b>	<b>(34.801)</b>

**Consolidado**

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2022		
				Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	153	(89)	-	64	64	-
Provisão para perdas de estoques	528	(167)	-	361	361	-
Derivativos e variação cambial	1.817	1.363	-	3.180	3.180	-
Hedge fluxo de caixa	-	-	2.813	2.813	2.813	-
Provisão para bônus	1.014	2.551	-	3.565	3.565	-
Outras diferenças temporárias	1.420	1.701	-	3.121	3.121	-
Provisão para processos judiciais	11.701	5.295	-	16.996	16.996	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(22.670)	(12.131)	-	(34.801)	-	(34.801)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	9.649	7.660	-	17.309	17.309	-
Ágio na incorporação (i) (nota 22.d)	46.635	(4.909)	-	41.726	41.726	-
<b>Total Imposto líquido (passivo ) ativo</b>	<b>50.247</b>	<b>1.274</b>	<b>2.813</b>	<b>54.334</b>	<b>89.135</b>	<b>(34.801)</b>

- (i) A expectativa da Administração quanto à realização total dos créditos fiscais referente ao benefício do ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação reversa, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação
	Benefício fiscal (ágio)
2023	4.909
2024	4.909
2025	4.909
A partir de 2026	26.999
	<b>41.726</b>

Em 2021, a Companhia iniciou o processo de amortização do ágio para fins de benefícios fiscais considerando o prazo de 10 anos e o montante total amortizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 7.363. A Lei no 6.404/76, em seu art. 170, § 2o, destaca que a capitalização da parcela da reserva especial referida no caput deste artigo, correspondente ao benefício fiscal, somente poderá ser realizada ao término de cada exercício social e na medida em que esse benefício represente uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela Companhia.

## 27 Lucro líquido por ação

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	34.452	20.623
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	2.781	2.781
Lucro básico por lote de mil ações	<b>12,39</b>	<b>7,42</b>

Não há diferença entre lucro básico diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

## 28 Instrumentos financeiros

### a. Prática contábil

Variações nas taxas de juros e câmbio expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como hedge de fluxo de caixa.

### (i) Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

**b. Instrumentos financeiros por categoria**

		<b>Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado</b>				
		<b>Controlada</b>		<b>Consolidado</b>		
<b>Nota</b>		<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>						
	Aplicações financeiras	10	16.959	15.902	16.959	15.902
	Instrumentos financeiros derivativos	28.d	2.570	-	2.570	-
		<b>19.529</b>	<b>15.902</b>	<b>19.529</b>	<b>15.902</b>	

		<b>Ativos mensurados ao custo amortizado</b>				
		<b>Controlada</b>		<b>Consolidado</b>		
<b>Nota</b>		<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>						
	Caixa e equivalentes de caixa	9	51.673	276.546	52.083	276.640
	Contas a receber de clientes	11	164.126	129.616	164.126	129.693
		<b>215.799</b>	<b>406.162</b>	<b>216.209</b>	<b>406.333</b>	
		<b>235.328</b>	<b>422.064</b>	<b>235.738</b>	<b>422.235</b>	

		<b>Passivos mensurados pelo valor justo instrumentos de hedge</b>				
		<b>Controlada</b>		<b>Consolidado</b>		
<b>Nota</b>		<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>						
	Instrumentos financeiros derivativos	28.d	25.562	3.821	25.562	3.821

		<b>Passivos mensurados ao custo amortizado</b>				
		<b>Controlada</b>		<b>Consolidado</b>		
<b>Nota</b>		<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>						
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	456.388	658.961	456.388	658.961
	Passivo de arrendamento	16.b	474.883	382.225	474.883	382.225
	Fornecedores	17	143.447	138.717	143.447	138.738
	Contas a pagar	-	13.939	11.920	13.941	11.928
	Outros passivos	-	1.463	687	1.468	689
		<b>1.090.120</b>	<b>1.192.510</b>	<b>1.090.127</b>	<b>1.192.541</b>	
		<b>1.115.682</b>	<b>1.196.331</b>	<b>1.115.689</b>	<b>1.196.362</b>	

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

<b>Controladora</b>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras	16.959	16.959	15.902	15.902
Instrumentos financeiros derivativos	2.570	2.570	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	51.673	51.673	276.546	276.546
Contas a receber de clientes	164.126	164.126	129.616	129.616
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	25.562	25.562	3.821	3.821
Empréstimos, financiamentos e debêntures	456.388	456.388	658.961	658.961
Passivo de arrendamento	474.883	474.883	382.225	382.225
Fornecedores	143.447	143.447	138.717	138.717
Contas a pagar	13.939	13.939	11.920	11.920
Outros passivos	1.463	1.463	687	687
<b>Consolidado</b>				
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras	16.959	16.959	15.902	15.902
Instrumentos financeiros derivativos	2.570	2.570	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	52.083	52.083	276.640	276.640
Contas a receber de clientes	164.126	164.126	129.693	129.693
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	25.562	25.562	3.821	3.821
Empréstimos, financiamentos e debêntures	456.388	456.388	658.961	658.961
Passivo de arrendamento	474.883	474.883	382.225	382.225
Fornecedores	143.447	143.447	138.738	138.738
Contas a pagar	13.941	13.941	11.928	11.928
Outros passivos	1.468	1.468	689	689

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide nota 28.d para mais detalhes.
- Os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem características a indexação pela DI + taxas pré fixadas.

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa que não possuem classificação, onde considera que os valores justos estão bem próximos aos seus valores contábeis. Não foram identificadas mudanças significativas nas premissas, que possa impactar na alteração de valores.

**c. Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

O Grupo mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras com instituições que apresentam ratings AAA em sua maioria, baseado nas avaliações das principais agências de rating. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições de primeira linha que apresentam ratings baseado nas avaliações das principais agências de rating.

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo possuía os instrumentos financeiros derivativos conforme segue:

Instituição	Tipo de contrato	Exposição	Valor justo Ponta Ativa		Valor justo Ponta Passiva		Ganho/ Perda	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ganho</b>								
Banco Votorantim	Swap	IPCA	107.453	-	104.883	-	2.570	-
							<u>2.570</u>	<u>-</u>
<b>Perda</b>								
Banco Itaú	Swap	EUR	-	50.000	-	51.989	-	(1.989)
Banco Itaú	Swap	USD	92.326	100.000	117.888	101.061	(25.562)	(1.061)
Banco CitiBank	Swap	USD	-	4.142	-	4.207	-	(65)
Banco Votorantim	Swap	IPCA	-	100.000	-	100.706	-	(706)
							<u>(25.562)</u>	<u>(3.821)</u>
							<u>(22.992)</u>	<u>(3.821)</u>

A mensuração da marcação a mercado do Swap foi realizada considerando o efeito das variações dos indexadores das pontas passivas e ativas, com base em informação de mercado disponível a época.

***Instrumentos financeiros designados para hedge accounting***

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, O Grupo Fartura administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de pagamento.

Em 2022, a Companhia designou formalmente para hedge accounting de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuíveis a alterações na taxa de câmbio USD/BRL oriundas do Pagamento de principal e juros dos passivos financeiros (empréstimos) contratados pela Companhia.

A estrutura de hedge accounting consiste nas estratégias de gestão de risco do Grupo Fartura que busca a convergência de seu custo de captação para o Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

Modalidade	Prazos	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor
4.1.3.1	Outubro/2026	Δ Cambial + 3,6818%	100% CDI + 2,18%	Notional USD 18.092

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos está demonstrada abaixo:

	<u>Hedge de Fluxo de Caixa</u>		<u>Derivativos não designados como hedge accounting</u>		<u>Instrumentos financeiros</u>	
					<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(3.115)</b>	-	<b>(706)</b>	<b>832</b>	<b>(3.821)</b>	<b>832</b>
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	(29.738)	-	(2.300)	(5.571)	(32.038)	(5.571)
Ganhos (perdas) reconhecidos no ORA	(8.274)	-	-	-	(8.274)	-
Recebimento (pagamento) em caixa	15.565	-	5.576	918	21.141	918
<b>Saldo final</b>	<b>(25.562)</b>	-	<b>2.570</b>	<b>(3.821)</b>	<b>(22.992)</b>	<b>(3.821)</b>

#### e. **Gestão de capital**

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, certificados de Recebíveis Agrícolas (incluindo de curto e longo prazos) e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	18	456.388	658.961	456.388	658.961
Total do passivo de arrendamento	16.b	474.883	382.225	474.883	382.225
Caixa e equivalentes de caixa	9	(51.673)	(276.546)	(52.083)	(276.640)
Aplicações financeiras	10	(16.959)	(15.902)	(16.959)	(15.902)
<b>Dívida líquida</b>		<b>862.639</b>	<b>748.738</b>	<b>862.229</b>	<b>748.644</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>257.283</b>	<b>228.292</b>	<b>257.283</b>	<b>228.292</b>
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>		<b>1.119.922</b>	<b>977.030</b>	<b>1.119.512</b>	<b>976.936</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>		<b>77%</b>	<b>77%</b>	<b>77%</b>	<b>77%</b>

#### f. **Gestão de risco financeiro**

##### **(i) Considerações gerais**

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

##### **(ii) Gerenciamentos de riscos**

O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento

de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

*Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pelo Grupo é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados:

**Controladora**

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
Empréstimos e financiamentos	18	85.793	256.699	113.896	-
Fornecedores	17	143.447	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	82.613	140.178	127.391	124.701
Contas a pagar	-	13.939	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	18	274.752	302.511	236.679	-
Fornecedores	17	138.717	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	70.419	42.474	152.402	116.930
Contas a pagar	-	11.920	-	-	-

**Consolidado**

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
Empréstimos e financiamentos	18	85.793	256.699	113.896	-
Fornecedores	17	143.447	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	82.613	140.178	127.391	124.701
Contas a pagar	-	13.941	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	18	274.752	302.511	236.679	-
Fornecedores	17	138.738	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	70.419	42.474	152.402	116.930
Contas a pagar	-	11.928	-	-	-

O Grupo mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras, e apresentou um crescimento nas vendas em 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresenta um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 51.673 e R\$ 52.083, controladora e consolidado respectivamente.

Quanto aos recebíveis foram avaliadas todas as medidas para potenciais riscos de não serem quitados, inclusive com a situação de pandemia causada pelo COVID-19. Onde o prazo médio de recebimento não foi alterado e o maior percentual de recebimento das vendas do Grupo são por meio de cartões de débitos e créditos que assegura o recebimento no prazo.

**g. Exposição a riscos de taxas de juros e risco cambial**

O Grupo está exposto ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

***Análise de sensibilidade***

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros (Depósitos Interfinanceiros (DI)), e variação cambial), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à estas variáveis são apresentadas a seguir:

***Seleção dos riscos***

O grupo selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros (DI) e variação cambial.

Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o Grupo apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros, foram consideradas a taxa CDI anual de 31

de dezembro de 2022 acrescida de 25% para o cenário II se dá pelo Cenário I Acrescido de 35%, o Cenário III pelo Cenário I acrescido de 50%

Para a análise dos efeitos da variação cambial, consideramos a a base PTAX de 30 de dezembro de 2022 acrescida de 5% para Cenário I e acrescida de 10% e 25% para os Cenários II e III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso Provável	Adverso Extremo
Juros DI - Aumento	17,06%	18,43%	20,48%
Câmbio (USD)	5,4786	5,7395	6,5221
Câmbio (Euro)	5,8479	6,1263	6,9618

#### ***Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – DI***

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	31/12/2022		Ganho/(Perda)		
					Cenário I	Cenário II	Cenário III
					Provável	Adverso Provável	Adverso Extremo
Aplicações Financeiras	set/22	Aumento DI	Accrual	MTM	133	182	256
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	dez/2024 a mai/2027	Aumento DI	202.117	105.156	(6.756)	(9.433)	(13.420)
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp)	jul/2023 a out/2026	Aumento DI	125.746	122.480	(450)	(628)	(891)
Debêntures (1ª, 2ª Emissões e CRA - 3ª Emissão)	dez/27	Aumento DI	133.152	134.594	(8.797)	(12.462)	(18.122)

#### ***Análise de sensibilidade de variações taxa de câmbio***

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de câmbio, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	31/12/2022		Ganho/(Perda)		
					Cenário I	Cenário II	Cenário III
					Provável	Adverso Provável	Adverso Extremo
Linha de crédito em moeda estrangeira	Mai/22 a Out/26	Cambio	125.746	122.480	(4.567)	(9.135)	(22.837)
Derivativos	Mai/22 a Out/26	Cambio	112.088	119.961	4.567	9.135	22.837

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros do Grupo. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores distintos a aqueles apresentados anteriormente, resultado da subjetividade no processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

**h. Riscos da taxa de câmbio**

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência de volatilidade da moeda estrangeira, porém, o Grupo mitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção, buscando neutralizar a volatilidade do câmbio.

**i. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

**29 Demonstração do fluxo de caixa**

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa:

**Controladora e consolidado**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Adições de ativo de direito de uso	(197.684)	(153.866)
Baixa de ativo de direito de uso	-	4.472
Imobilizado - Adições	(3.594)	4.736
Imobilizado - Baixas	19.898	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(181.380)</b>	<b>(144.658)</b>
Adições de passivo de arrendamento	197.684	153.866
Instrumentos financeiros	(2.813)	(4.472)
Outros resultados abrangentes	(5.461)	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>189.410</b>	<b>149.394</b>

### **30 Eventos subsequentes**

No dia 06 de fevereiro de 2023, a Companhia através da Assembleia Geral Extraordinária, deliberou o pagamento de dividendos aos seus acionistas no montante de R\$ 3.000 referente a reserva de lucros de exercícios anteriores, o valor foi liquidado nessa mesma data.

\* \* \*

Alex Alves dos Santos Brito  
Presidente

Alexandre Otomo de Almeida  
Diretor Financeiro

Pedro Henrique Barboza  
Diretor de Controladoria

Fernanda Nave Catanio  
Contadora  
CRC: SP-295308/O-0